

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

VOTOS INVÁLIDOS E CONFIANÇA POLÍTICA NO BRASIL

Guilherme Arbache, **USP - CAPES**
guilherme.arbache@usp.br

Danilo Freire, **Graduate Institute Geneva**
danilofreire@gmail.com

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

VOTOS INVÁLIDOS E CONFIANÇA POLÍTICA NO BRASIL

Guilherme Arbache¹
Danilo Freire²

RESUMO: Este artigo investiga as causas dos votos inválidos no Brasil após a introdução das urnas eletrônicas. Utilizando dados de pesquisa de opinião realizada pelo NUPPS (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo), foram realizadas regressões logísticas para testar a hipótese de que os votos inválidos que após a introdução do sistema eletrônico são intencionalmente nulos ou brancos. Também são testadas outras hipóteses a respeito dos motivos que levam um indivíduo a votar em branco ou anular seu voto. Desconfiança nos partidos políticos e a disposição para votar independentemente da obrigação são variáveis explicativas robustas em todos os modelos testados no artigo.

PALAVRAS-CHAVE: votos inválidos; comportamento eleitoral; confiança política

INTRODUÇÃO

O voto é a forma mais estudada de participação política. Seja por exercer uma influência direta nas eleições, a essência da democracia moderna, ou por ser a forma de participação que possui maior disponibilidade de dados, a análise eleitoral tem presença constante nos estudos de ciência política.

Em países com voto obrigatório, como o Brasil, há uma tendência de se enxergar o voto inválido como “não-participação” de eleitores. Nesse sentido, os eleitores votam exclusivamente pelo fato de a participação eleitoral ser compulsória, e ao chegarem às urnas preferem anular seu voto e expressar seu descontentamento com essa forma de participação (Santos, 1987 apud Nicolau, 2004). Além disso, o voto inválido pode até decidir eleições³, uma vez que ele pode atingir patamares elevados sobretudo em países com voto obrigatório (Jackman, 2001).

¹Mestrando em Ciência Política, Universidade de São Paulo. E-mail: guilherme.arbache@usp.br.

²Mestrando em Ciência Política, The Graduate Institute, Geneva. E-mail: danilofreire@gmail.com.

³No Brasil, os votos inválidos não parecem decidir eleições, como defende Jairo Nicolau nos seus estudos. Uma síntese da posição deste analista pode ser encontrada em entrevista ao jornal Estado de São Paulo (27/10/2010).

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Ademais, uma investigação sobre o voto inválido também pode nos ajudar a compreender questões importantes da qualidade da democracia (em especial, a relação do eleitorado com as instituições políticas) e, mais especificamente, da relação do eleitor com o voto e com sua obrigatoriedade. Entretanto, apesar de todos esses motivos, o voto inválido não tem recebido a devida atenção dos analistas de comportamento eleitoral e de participação política.

Apesar desta aparente falta de preocupação com a questão dos votos inválidos na literatura, estudos esparsos estão começando a elucidar esse tema. A maioria dos artigos sobre votos inválidos são de caráter “ecológico”, isto é, lançam mão de dados eleitorais oficiais para verificar diferenças nas taxas de votos inválidos entre cidades ou, quando possível, entre distintas urnas eleitorais.

Diversas causas são atribuídas ao fenômeno do voto inválido. Enquanto certos estudos apontam a influência de fatores institucionais, outros atribuem a fatores “políticos” (voto de protesto e alienação dos eleitores) ou sócio-econômicos (nível educacional) a causa dos votos inválidos. Apresentamos abaixo uma breve revisão bibliográfica sobre o tema⁴.

BALANÇO DA LITERATURA

A *Australian Electoral Commission*, ao fornecer dados desagregados para cada urna eleitoral, possibilitou estudos interessantes sobre comportamento eleitoral naquele país. McAllister e Makkai (1993) utilizam dados nacionais em sua análise e argumentam que nesse nível de agregação está afastado o perigo da falácia ecológica. Eles sugerem que o voto inválido está ligado basicamente a protestos ou a enganos do eleitor na hora de votar. O sistema australiano, especificamente nas eleições para o Senado, é considerado por eles como complexo, e isso contribuiria para a anulação de votos. Power e Roberts (1995) vêem uma tendência semelhante no sistema de lista aberta das eleições para a câmara baixa no Brasil. Não é por acaso que, em ambos os

⁴ Power e Garand (2007) fazem uma exposição mais detalhada das diversas perspectivas existentes na literatura para explicar os votos inválidos.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

países, esses pleitos encontram taxas de votos inválidos maiores do que em qualquer outro.

Hill e Young (2007), por sua vez, discordam de boa parte da literatura e sustentam que “não é a compulsoriedade que leva ao voto inválido, mas a complexidade e sua interação com fatores sócio-econômicos”. Essa visão, entretanto, parece-nos questionável por duas razões. Primeiro, os índices de voto inválido são sistematicamente mais altos em países com voto compulsório, independente de outras variáveis. Em segundo lugar, não parece haver razão alguma para encarar esses fatores sócio-econômicos e essa complexidade, de um lado, e a obrigatoriedade de votar, de outro, como mutuamente excludentes⁵.

Power e Garand (2007) fazem uma análise de 80 eleições legislativas na América Latina com variáveis semelhantes às utilizadas por Power e Roberts (1995) no estudo sobre o Brasil. Também sobre o contexto latino-americano, Epstein (2001) verifica o impacto do sistema político chileno sobre os votos inválidos, com algumas semelhanças com o caso brasileiro (especialmente no que se refere ao declínio da identificação dos eleitores com os partidos políticos)

Damore, Waters e Bowler (2011) analisam os efeitos de fatores como o número de candidatas, presença de partidos pequenos e outras variáveis relacionadas ao contexto de cada eleição, sobre o voto inválido, no Estado de Nevada, nos EUA.⁶

Entre os fatores sócio-econômicos e demográficos, McAllister e Makkai (1993) sugerem que pessoas do sexo feminino, jovens, e com nível educacional inferior, têm maior probabilidade de anular seus votos na Austrália. Renda e situação ocupacional também ajudam a explicar o voto inválido segundo esses autores. Da mesma forma, Jackman (2001) vê na educação e no idioma fatores explicativos importantes (a Austrália tem um alto contingente de pessoas que não falam inglês).

⁵ Outras críticas sobre modelos que enxergam os diversos fatores explicativos dos votos inválidos como mutuamente excludentes serão feitas adiante.

⁶ O tipo de voto inválido que eles analisam é um tipo específico, o chamado “none of the above” (nenhuma das alternativas anteriores), uma opção que foi dada aos eleitores nas cédulas daquele estado.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Ainda que muitos modelos aqui apresentados incluam fatores sócio-econômicos, existem poucos estudos sobre o assunto no nível individual. Isso é necessário para que nos certifiquemos de que os resultados encontrados nesses estudos (como a influência da renda, educação e idade) não caracterizem uma falácia ecológica.

Talvez o melhor exemplo de uma análise recente em nível individual está em Borba (2008), que utiliza o ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2002 para investigar o papel de fatores sócio-econômicos e da cultura política sobre a incidência de votos inválidos. Mais detalhes sobre esse estudo e sobre o caso brasileiro serão discutidos adiante.

ALIENAÇÃO ELEITORAL: ABSTENÇÕES E VOTOS INVÁLIDOS

Alguns autores sugerem que o voto inválido em países com voto obrigatório é análogo às abstenções em países com voto facultativo, tendo, portanto, razões semelhantes. McAllister e Makkai (1993), por exemplo, afirmam que, onde há essa compulsoriedade, a única maneira de protestar contra as alternativas existentes seria o voto inválido, enquanto nos países onde o voto é opcional o eleitor simplesmente deixaria de comparecer às urnas nesse caso.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, alguns teóricos propuseram o conceito de “alienação eleitoral”, que inclui abstenções e votos inválidos. No Brasil, Santos (1987) analisa as abstenções e votos inválidos como sendo uma coisa só, sendo criticado por isso por Nicolau (2002). A perspectiva do presente artigo, como será exposto adiante, corrobora essa crítica, pois não parece correto considerar as *causas* do voto inválido e da não-participação como idênticas. O eleitor deixa de votar porque não consegue ou não quer comparecer às urnas, e isso é bem diferente de comparecer e votar em branco ou anular o voto. Podemos considerar votos inválidos e não-comparecimento como uma coisa única se estivermos pensando nas *consequências* dessa alienação, mas mesmo assim isso pode ser questionado.

Pensando no contexto brasileiro atual, temos que pensar que, depois da urna eletrônica, o voto inválido por mera falta de informação não pode ser considerado como

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

algo pior do que o voto igualmente desinformado (ou até errado) em algum candidato (especialmente na Câmara dos Deputados, quando o desconhecimento sobre a regra da lista aberta faz com que os eleitores favoreçam candidatos que sequer conheciam). Sendo assim, o voto inválido (ou mesmo abstenções) não pode ser tomado, normativamente, como algo ruim, ainda que possa ser um sinal de que algo de ruim está acontecendo (falta de informação ou falta de um candidato no qual o eleitor confie e que represente aquele eleitor). Uma consideração mais detalhada do contexto brasileiro é feita adiante.

VOTOS INVÁLIDOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil é um campo importante para esse tipo de estudo, por ser ter o maior eleitorado sujeito ao voto compulsório em todo o planeta. Porém, há relativamente poucos trabalhos como foco nos votos inválidos e na “alienação eleitoral” no Brasil, como Power e Roberts (1995), Kinzo (2005), Nicolau (2004) e Borba (2008). Uma razão para a baixa proliferação desses estudos nos últimos anos pode ser o fato de que a *urna eletrônica* diminuiu consideravelmente o percentual de votos inválidos (Nicolau, 1999).

Como já mencionamos acima, a maior parte desses estudos está em níveis de agregação maiores do que o individual. Power e Roberts (1995), por exemplo, tecem sua análise em nível estadual, e numa série histórica que abrange uma quantidade considerável de eleições no país, procurando dar conta da influência de mudanças institucionais na incidência de votos inválidos.

O estudo de Borba (2008), o único a trazer uma análise em nível individual, procura analisar a força explicativa de duas tradições diferentes: a da escolha racional e da cultura política. Porém, mais uma vez, aqui, não parece haver a oposição que esse autor (como muitos dessas duas tradições) enxerga. Os fatores atribuídos à cultura política, como confiança nas instituições, nível de informação política e um “índice de eficácia política” também estão ligados com uma escolha racional do eleitor. De qualquer forma, essa crítica não coloca em xeque a análise do autor, nem mesmo seus

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

principais achados. Ele encontra uma influência desses fatores “culturais” no sentido esperado, semelhante à que encontramos neste estudo, como veremos adiante.

A cultura política brasileira é apontada há muito tempo como autoritária, e a própria instituição do voto obrigatório parece ser uma obra desse autoritarismo. Moisés (1990) descreve uma tradição plebiscitária no país, a qual teria se generalizado na década de 70, em que os eleitores se acostumaram a votar *contra* o regime autoritário. Esse “voto de protesto” se traduzia tanto na escolha pelo partido de oposição (o MDB) quanto no voto nulo.

Moisés (2010) faz uma exposição histórica da participação eleitoral e da tradição de votos brancos e nulos no país. Na visão do autor:

“embora as taxas de entrevistados de pesquisas de opinião que afirmam que votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório oscilem entre 45 e 50% desde meados dos anos 80 (Moisés, 1995), os percentuais de eleitores que votam em branco ou anulam seu voto é considerado excessivamente alto, e devido, em parte, à obrigatoriedade do voto e aos baixos níveis de escolaridade do eleitorado” (Moisés, 2010)

De acordo com eles, depois de 1962, com a introdução da *célula oficial*, o percentual de votos inválidos subiu de cerca de 10% para 18%, e depois, durante o regime militar, aumentaram mais ainda devido a essa tendência de voto de protesto acima descrita, chegando a atingir 30% do total de votos. O percentual continua alto nas eleições para a Câmara dos Deputados, chegando a quase 44% em 1990 e mais de 41% em 1994. Como já mencionado, a complexidade do sistema de lista aberta certamente explica isso.

Porém, esse percentual diminuiu consideravelmente com a introdução da *urna eletrônica*:

“Enquanto a média de não participação de 53 países, naqueles anos, não ultrapassava a 3,6%, a média dos demais países de voto obrigatório era de 7,4%, mas o

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Brasil sustentava taxas em torno de 20% que, contudo, nas eleições da primeira década do século atual diminuíram” (Moisés, 2010)

Também podemos perceber que alguns tipos de eleições têm maior taxa de votos inválidos do que outros (como a eleição para a Câmara dos Deputados). Além disso, no segundo turno, a tendência de votos inválidos diminui, enquanto as abstenções tendem a aumentar. Sobre a eleição em questão nesse trabalho (eleições de 2002), podemos encontrar, nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): 73,71% de votos válidos do total do eleitorado (ou seja, sem abstenção e inválidos) no primeiro turno, e 74,76% no segundo turno. Mesmo com aumento nas abstenções, o percentual de válidos é ligeiramente maior no segundo turno, compensado pela redução considerável no número de inválidos.⁷

Silva (2013), por sua vez, encontra evidências de que os votos inválidos não seriam fruto de protesto, ao analisar dados das eleições de 2002. Este autor procura unir uma análise “ecológica” com uma análise no nível individual. Porém, ao mesmo tempo, este autor clama por métodos estatísticos mais precisos, como a utilização de regressões logísticas ou multinomiais, para que as evidências encontradas por ele sejam confirmadas. Este é o objetivo do presente trabalho: realizar uma regressão logística para compreender se, após a introdução da urna eletrônica, o “voto de protesto” é o que explica os percentuais ainda consideráveis de votos inválidos no país.

O mesmo autor também encontrou uma relação “ambígua” entre educação e votos inválidos (Silva, 2013). Isso pode ser explicado pelo fato de que o nível de educação, que estaria ligado com erros na hora de votar, provavelmente perdeu sua importância depois da urna eletrônica, como pretendemos provar no presente trabalho. Além disso, a educação formal não significa necessariamente informação sobre política,

⁷ Isso pode ser explicado pelo fato de que aquele eleitor que já faltou no primeiro turno vai faltar ao segundo pleito porque as consequências dessa falta serão as mesmas (caso não tenha justificado, ele já precisará ir até uma seção eleitoral para pagar uma multa, de valor irrisório, e ficar em dia com a Justiça Eleitoral). E no segundo turno, outros eleitores, que compareceram ao primeiro turno, acabam por não comparecer (muitas vezes por razões completamente externas à política como viagens, chuvas no fim da tarde, ou simplesmente porque ele não consegue chegar a tempo nas urnas). Não é intenção do presente trabalho explorar essas diferenças entre primeiro e segundo turno. Por isso, deixamos essa questão de lado.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

e esse nível de informação política pode estar relacionado não apenas com erros, mas pode ser um fruto do descontentamento com o sistema político e pode também ser uma causa da falta de preferência: se o eleitor não se informa, como poderia ele definir um candidato preferido?

DESENHO DE PESQUISA: OBJETIVO, HIPÓTESES E ESPECIFICAÇÕES

O objetivo dessa análise é fazer uma investigação no nível individual, para investigar as razões que fazem com que os indivíduos anulem ou votem em branco. Para responder essas questões e fazer inferências sobre as hipóteses levantadas, realizamos uma *regressão logística* com dados da pesquisa de opinião realizada pelo NUPPS (Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo), no ano de 2006 (porém, a eleição sobre a qual a investigação é feita é a eleição de 2002, pois é sobre essa eleição que são feitas as perguntas da pesquisa aqui utilizadas).

A utilização desse banco de dados, e não de outros comumente utilizados, como o ESEB, é justificada porque há questões que pretende-se investigar aqui que não estão contempladas no ESEB. Além disso, o teste com uma amostra diferente é interessante para verificar a consistência das inferências feitas por outros autores com base naquele banco.

Em suma, o voto inválido pode ser atribuído a erro do eleitor ou pode ser proposital (descontentamento/falta de preferência). Cabe dizer aqui que, ao contrário do que muitos dos modelos supracitados parecem sugerir, não podemos considerar como *mutuamente excludentes* fatores como nível de educação e informação, o descontentamento e vontade de protestar, e os fatores institucionais como sistemas eleitorais complexos.

O eleitor descontente pode ser ao mesmo tempo desinformado (justamente por ser descontente, ao avaliar que não vale a pena perder seu tempo com política). O nível educacional, por sua vez, interage com a complexidade do sistema para produzir votos que são anulados pela incapacidade em assinalar corretamente os candidatos na cédula.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Quanto ao voto inválido proposital, a literatura parece desconsiderar a simples falta de preferência, que não é necessariamente um fruto do descontentamento político. Um indivíduo pode não ter preferência clara entre as opções existentes sem ter, necessariamente, uma visão negativa sobre os candidatos ou sobre o sistema político como um todo.

Isso vai de encontro com a ideia de Weingast e Wittman (2008) de que eleitores menos informados agem racionalmente, e tendem a deixar a escolha de quem os representará para aqueles com um grau de conhecimento maior sobre a situação. Essa falta de preferência acima descrita pode ser latente em eleições com voto obrigatório: uma leve preferência por um dos candidatos faz com que o eleitor, sendo obrigado a ir até as urnas, vote nesse candidato.

Considerando tudo que acaba de ser dito, é preciso ter muito cuidado ao fazer inferências causais. Não podemos nos precipitar ao assinalar “voto de protesto” ou “desinformação”, ou mesmo “falta de preferência por um candidato”, por exemplo, como causas do voto inválido, sem os devidos cuidados. Por isso, é importante especificar bem as hipóteses e as variáveis ligadas a cada uma. Sensação de eficácia política, grau de informação, confiança, todos esses fatores interagem entre si, mas não por isso deixam de ser fatores distintos.

Após a introdução das urnas eletrônicas, o número de votos inválidos diminuiu consideravelmente. Conforme a exposição realizada nas seções anteriores, muitos eleitores simplesmente cometiam erros na hora de votar, quando havia o mecanismo manual, e isso fazia com que seus votos fossem anulados. Parece bastante razoável crer que o percentual de votos que ainda persiste seja um ato proposital do eleitor, seja ele o “voto de protesto” ou a mera falta de preferência. Ainda que haja uma tradição de “voto de protesto” no país, a explicação mais plausível para essa redução repentina com a entrada das urnas eletrônicas é a de que essa redução tenha sido exatamente nos votos que eram anulados por erro.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

A análise realizada no presente trabalho pretende confirmar essa hipótese, além de investigar mais a fundo as razões que levam a essa escolha voluntária por um voto nulo ou branco. Seguem as hipóteses levantadas e as perguntas a serem respondidas para confirmar ou refutar essas hipóteses:

H1: depois da urna eletrônica, o voto branco/nulo é proposital, e não mais um erro dos eleitores.

- Os fatores da “cultura política”, como confiança nas instituições e interesse em votar, são mais significantes para explicar os votos inválidos do que fatores sócio-econômicos?

H2: quanto menor a *sensação de eficácia política do voto e interesse em votar*, maior a incidência de votos inválidos.

- Há correlação negativa entre os votos inválidos e a disposição para votar mesmo se não fosse obrigatório; o interesse por política, e uma correlação positiva com a crença de que há fraudes nas eleições brasileiras e de que o voto influencia o futuro do país?

H3: quanto menor a *confiança e identificação com partidos políticos*, maior a incidência de votos inválidos

- Confiança nos partidos e sentimento de proximidade com algum partido estão negativamente correlacionados com votos inválidos?

Variável Dependente: foi criada uma dummy para voto válido ou inválido (1= voto inválido, 0 = voto válido)

Variáveis Independentes – seguem os código das variáveis e as respectivas perguntas utilizadas na pesquisa de opinião:

confianca_partidos

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

Agora, vou citar uma série de instituições ou órgãos públicos e particulares e gostaria de saber qual é o grau de confiança que Você tem em cada um deles. Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança...nos partidos políticos:

1 Muita confiança

2 Alguma confiança

3 Pouca confiança

4 Nenhuma confiança

interesse_politica

E quanto ao seu interesse por política, Você diria que é muito interessado, interessado, pouco

interessado ou nada interessado?

1 Nada interessado

2 Pouco Interessado

3 Interessado

4 Muito interessado

proximidade_partidos

Agora gostaria de fazer algumas perguntas sobre os partidos políticos brasileiros. Como você se sente com relação a eles? Muito próximo, próximo, pouco próximo ou não é próximo a nenhum partido?

1 Não é próximo a nenhum

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

2 Pouco próximo

3 Próximo

4 Muito próximo

influencia_voto

Algumas pessoas dizem que a maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas sejam diferentes no futuro. Outras dizem que independentemente de como votam, isso não fará com que as coisas sejam diferentes no futuro. Qual frase está mais próxima de sua maneira de pensar?

0 Não importa como as pessoas votam, não fará com que as coisas sejam diferentes no futuro.

1 A maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas sejam diferentes no futuro

fraude_eleitoral

Em termos gerais, Você acredita que as eleições no Brasil são limpas ou são objeto de fraude?

0 As eleições são limpas

1 São objetos de fraude

votaria_facultativo

Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para Presidente da República?

0 Não

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

1 Sim

educacao

1 Analfabeto/Primário incompleto

2 Primário completo

3 Ginásio incompleto

4 Ginásio completo

5 Colégio incompleto

6 Colégio completo

7 Universitário Incompleto

8 Universitário completo ou mais

O estudo de Borba (2008) utiliza um índice de confiança construído a partir da confiança em Congresso, Executivo e partidos políticos. Optamos pela utilização de *confiança nos partidos políticos* apenas, pois a confiança no Executivo pode estar ligada com a percepção sobre o partido que está no governo atualmente e, ainda que o Congresso Nacional seja composto por vários partidos, ele é majoritariamente composto por partidos que compõem a base do governo ou por grandes partidos da oposição, não sendo um indicador fiel da confiança nas instituições políticas de uma forma mais ampla.

Borba (2008) também inclui como variável independente o grau de informação do eleitor. Mas ele utiliza, para isso, duas questões genéricas sobre TV e rádio (se a pessoa assiste TV ou ouve rádio). Optamos por não utilizar esse tipo de questão, porque assistir TV e ouvir rádio não significa que a pessoa está obtendo informações sobre

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

política necessariamente. Por isso, preferimos incluir uma variável de “interesse por política”, com uma pergunta direta sobre a influência da política.⁸

Esse estudo, portanto, trata da mesma eleição estudada por Borba (2008) e Silva (2013): as eleições de 2002. Mas aqui, tratamos das eleições presidenciais no segundo turno – onde a falta de preferência por um dos principais candidatos pode falar alto também, já que só restam duas alternativas, mas o descontentamento com as instituições também, já que esses candidatos são os principais e representam os partidos que são os principais competidores na democracia brasileira há muitos anos.

TABELA 1 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA					
STATISTIC	N	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MIN	MAX
voto invalido	1625	0.059	0.236	0	1
Educacao	1879	3.71	2.135	1	8
renda familiar	1022	966.506	959.222	20	12.000
renda pessoal	913	531.587	509.159	10	7.000
confianca partidos	1870	1.844	0.773	1	4
interesse política	1874	1.93	0.824	1	4
proximidade partidos	1870	1.316	0.601	1	4
partido preferencia	464	5.832	14.028	1	66
influencia_voto	1851	0.633	0.482	0	1
fraude_eleitoral	1730	0.449	0.497	0	1
votaria_facultativo	1838	0.496	0.5	0	1

Borba (2008) fala que as amostras de pesquisas após eleitorais muitas vezes tem percentuais de votos inválidos (entre outras coisas) diferentes dos percentuais reais das eleições. Segundo o autor, isso provavelmente se deve ao fato de que eleitores entrevistados após as eleições muitas vezes se esquecem de como realmente votaram (não podemos descartar também um problema na amostra das pesquisas de opinião). Se isso é uma preocupação em pesquisas realizadas logo depois das eleições, poderia ser

⁸ Foram testadas regressões adicionais para aferir se o fato de declarar que se informa sobre política, especificamente, no rádio ou na TV, impacta os votos inválidos. O efeito parece ser completamente nulo, e por razões de espaço, não incluímos essas regressões nas tabelas aqui apresentadas. Além disso, o papel da Internet e de outros meios para obter informações de política é cada vez mais importante. Portanto, uma regressão que inclui informação sobre política estritamente no rádio e na TV não parece adequada para aferir realmente o grau de informação sobre política. Ainda assim, seria uma opção melhor do que simplesmente perguntar se alguém ouve rádio ou assiste TV, independentemente do conteúdo dos programas que assiste ser sobre política ou não.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

uma preocupação ainda maior numa pesquisa como a que utilizamos aqui, feita alguns anos depois da eleição que estudamos. No entanto, esse problema pode ser descartado: os dados do TSE indicam um percentual de exatamente 6% de votos inválidos, muito próximo aos 5.91% observados na pesquisa do NUPPS de 2006.

RESULTADOS DA ANÁLISE

Os resultados das regressões (TABELA 3 e TABELA 4)⁹ demonstram que os fatores sócio-econômicos não possuem influência alguma nos votos inválidos. Foi feita também uma regressão com educação como fator (TABELA 3), para tentar verificar se a “ambiguidade” encontrada por Silva (2013) não seria fruto de uma relação não-linear. Poderíamos imaginar que seria necessário um nível mínimo de escolaridade para conseguir votar corretamente¹⁰, ou porque poderia haver uma curva em U¹¹. No entanto, não houve nenhuma faixa educacional significativa para explicar os votos brancos e nulos. Uma análise com renda como fator também não apresenta nenhuma significância (TABELA 4).¹²

Na TABELA 5, foram feitas regressões incluindo todas as variáveis relacionadas ao interesse por política, sensação de eficácia do voto, percepção sobre fraude eleitoral, confiança e grau de proximidade com os partidos políticos.¹³ Ainda que tenham sido

⁹ As análises estatísticas realizadas aqui foram feitas no software R. Os comandos utilizados não foram incluídos em Anexo por questão de espaço, mas podem ser obtidos (assim como o banco de dados utilizado) mediante solicitação aos autores por e-mail.

¹⁰ Conforme Jackman (2001), McAllister e Makkai (1993) ou autores brasileiros como Moises (2010), que demonstram a importância do analfabetismo nos votos inválidos no Brasil do passado e em outros países.

¹¹ McAllister e Makkai (1993, p.28) indicam que o voto de protesto é comum entre pessoas com nível educacional muito alto. Isso vai de encontro à ideia de que a preferência partidária seguiria essa curva em U em relação à educação, com aqueles com níveis muito altos ou muito baixos não possuindo preferência alguma. De qualquer forma, cabe lembrar que o estudo desses autores é de caráter “ecológico”, ainda que eles defendam o contrário e, além disso, o contexto estudado por eles é diferente do brasileiro. Talvez isso explique o fato de não encontrarmos nada próximo a isso neste trabalho.

¹² Se observarmos com atenção a análise estatística feita por Borba (2008) percebemos que a relação entre esses fatores sócio-econômicos (renda, escolaridade, idade) não apresenta significância estatística, ainda que o autor afirme que há alguma influência desses fatores na direção esperada.

¹³ Também foi realizada uma regressão com o modelo *relogit*, desenvolvido por Gary King, que é mais apropriado para variáveis dependentes com distribuição desigual (como é o caso, onde os votos inválidos representam apenas 6% do total). Por falta de espaço, essa regressão foi omitida neste artigo, mas está disponível mediante solicitação aos autores. Por ora, cabe dizer que os resultados neste modelo são bastante semelhantes

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

rodados vários modelos com cada uma dessas variáveis em separado ou apenas algumas delas combinadas, fizemos um teste para aferir se a correlação entre essas variáveis é alta (GRÁFICO 1), para verificar se há perigo de colinearidade.

interesse_politica	**0.297					
	(0.148)					
confianca_partidos		***-0.62				
		(0.149)				
votaria_facultativo			***_			
			1.634			
			(0.281)			
proximidade_part				** -0.615		
				(0.267)		
influencia_voto					***_	
					0.799	
					(0.211)	
fraude_eleitoral						**0.468
						(0.224)
Constant	-2.215	-1.714	-2.255	-2.003	-2.324	-3.072
Observations	1620	1619	1588	1620	1602	1504
Log likelihood	-361.921	-355.741	-326.303	-360.323	-353.481	-318.982

Erro padrão em parênteses

* p<0.1; ** p<0.05;*** p<0.01

educacao	-0.0002	
as.factor(educacao)2		0.344
as.factor(educacao)3		0.286
as.factor(educacao)4		0.305
as.factor(educacao)5		0.493
as.factor(educacao)6		-0.198
as.factor(educacao)7		0.36
as.factor(educacao)8		0.214
Observations	1625	1625
Log likelihood	-364.683	-362.501

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

GRÁFICO 1

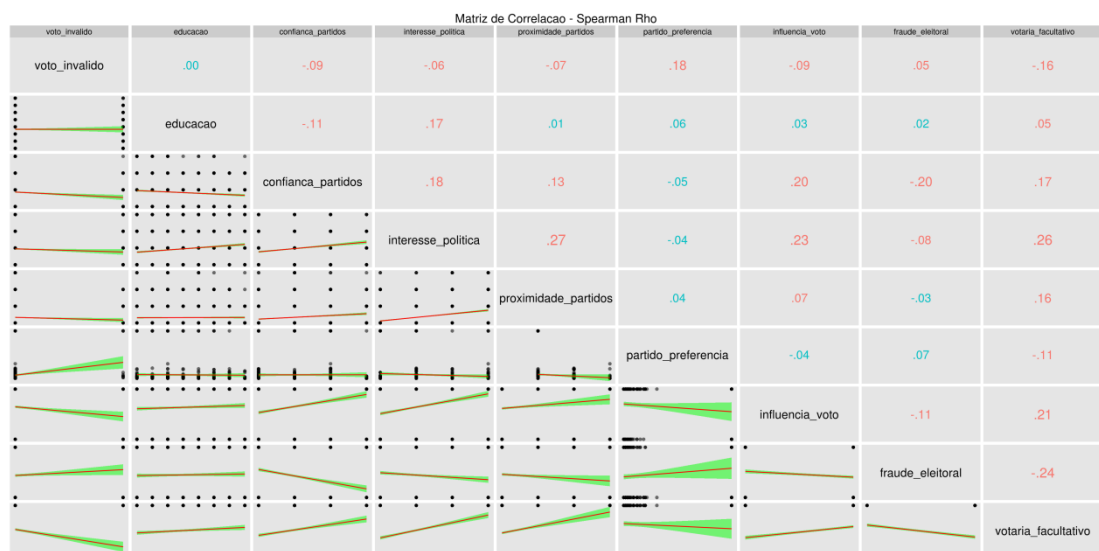


TABELA 4 - RENDA

	<i>Dependent Variable:</i>	
	voto_invalido	
	1	2
renda_pessoal	0.00004	
renda_familiar		-0.0001
Observations	809	899
Log likelihood	168.014	201.095

Somado a isso, a significância das variáveis que medem a percepção dos indivíduos sobre os partidos e sobre o voto, todas na direção esperada, corroboram a tese de que, após a urna eletrônica, os votos inválidos são devidos a uma escolha do eleitor, e não engano nas urnas como parecia ser algo frequente nas eleições anteriores.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

A disposição para votar mesmo se não fosse uma obrigação aparece com significância a um nível menor que 0.01% em todos os modelos rodados.¹⁴ Confiança nos partidos apresenta uma consistência semelhante, tendo, no máximo, uma significância a um nível de 0.05% em alguns modelos.

As outras 4 variáveis utilizadas não apresentam tanta consistência, apresentando uma significância de ao menos 0.05% quando analisadas separadamente, nos modelos bivariados, mas tornando-se insignificantes em alguns modelos multivariados. Sendo assim, a *sensação de eficácia política* do voto, que foi medida através da percepção sobre fraude eleitoral e também com a pergunta direta sobre o poder do voto para influenciar o futuro, parece influenciar, mas esta análise é inconclusiva sobre isso.

interesse_politica	-0.215	-0.024	-0.024	0.075	0.117
	0.151	0.153	0.154	0.156	0.167
confianca_partidos	***-0.579	***-0.458	***-0.443	***-0.424	** -0.359
	0.156	0.158	0.159	0.162	0.172
votaria_facultativo		***-1.516	***-1.467	***-1.394	***-1.394
		0.295	0.290	0.292	0.322
proximidade_part			*-0.521	*-0.516	-0.479
			0.303	0.304	0.321
influencia_voto				*-0.418	** -0.590
				0.225	0.243
fraude_eleitoral					0.049
					0.242
Observations	1614	1579	1574	1555	1455
Log likelihood	-361.921	-355.741	-326.303	-360.323	-353.481

Cabe notar que 44.86% dos entrevistados acredita que as eleições são fraudulentas no país. Ainda que a relação disso com os votos inválidos não seja robusta, é um fator importante para nossa cultura política. Essa possível inexistência dessa correlação entre a desconfiança nas eleições e os votos inválidos, por sua vez, tem sua lógica: se o eleitor não sabe se o seu voto será computado corretamente, isso não

¹⁴ Cabe frisar que, no trabalho de Silva (2013) não houve sequer um eleitor que declarou que votaria se o voto fosse facultativo e assinalou um voto nulo ou branco.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

significa que ele vá, necessariamente, anular esse voto. O que isso indica, provavelmente, é que ele deixará de dar muita importância para as eleições. Talvez por isso a percepção de fraude apareça como significativa no modelo bivariado: nos modelos multivariados, essa importância dada às eleições está controlada por outras variáveis, como “interesse por política” ou “influência do voto”.

Da mesma forma, a *proximidade com partidos políticos* também apresenta uma certa inconsistência entre os modelos. O *interesse por política* é insignificante em todos modelos multivariados, apresentando apenas uma significância inferior a 0.05% no modelo bivariado.

A robustez da correlação negativa de votos inválidos com a *confiança nos partidos* e a disposição para votar independentemente da obrigatoriedade demonstra que o voto inválido não é apenas proposital, mas também que é um voto de protesto, de descontentamento com o sistema político e possivelmente com a própria instituição da obrigatoriedade. No entanto, é preciso cuidado para tecer explicações sobre a relação entre a indisposição para votar caso fosse facultativo e o voto inválido: isso não é necessariamente fruto de um “protesto” contra a obrigatoriedade, podendo ser apenas um sinal de que o indivíduo não tem vontade de votar, de escolher um candidato. Porém, como essa variável e a *confiança nos partidos* são as mais consistentes nos modelos apresentados, isso aponta no sentido de que um desagrado geral com as instituições políticas e com o próprio voto obrigatório parece persistir no país.

A falta de confiança nas instituições é algo já conhecido na literatura brasileira (Moisés 2005). A confiança nos partidos políticos, por sua vez, tem um dos níveis mais baixos entre todas instituições (algo que os recentes protestos no país evidenciaram).

Mas por que a identificação partidária não apresentou a mesma consistência que a confiança nos partidos para explicar os votos inválidos? Isso pode ser atribuído ao fato de que alguns eleitores possuem identificação com outros partidos, diferentes daqueles que estavam disputando o segundo turno das eleições ou mesmo daqueles que formaram

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

alianças com esses partidos. Isso apontaria para a tese da simples falta de preferência entre os candidatos principais.

Podemos observar a distribuição dos votos inválidos por partido preferido do eleitor (quando há algum, claro).¹⁵ Obviamente, eleitores próximos do PT e do PSDB, ou de partidos alinhados a eles, não votam em branco ou nulo. Portanto, deve haver algum lugar para essa simples falta de preferência. Uma evidência adicional para isso é o fato de que as pesquisas de opinião *às vésperas das eleições* acusam uma quantidade de pessoas que não sabem em quem votar semelhante aos índices daqueles que dizem que votarão nulo ou em branco. Considerando que os dois índices somados têm um valor próximo ao valor total de votos inválidos registrado nas eleições, podemos deduzir que quase 50% dos votos inválidos são de pessoas que estavam indecisas ainda às vésperas.¹⁶ É razoável supor que aqueles que anulam seu voto como forma de protesto já sustentam essa posição algum tempo antes das eleições.¹⁷

Apesar de todas essas considerações, a desconfiança geral nos partidos políticos parece ter um papel maior do que a mera falta de preferência, conforme os resultados das regressões aqui apresentadas demonstram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁵ Esta tabela foi excluída do artigo por questões de espaço, mas está disponível mediante solicitação aos autores.

¹⁶ Dados compilados de diversas pesquisas de opinião para as eleições de 2002 podem ser encontrados na página de Fernando Rodrigues, no UOL.

(http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/pesquisas/eleicoes2002/2o_turno/pres.shl)

¹⁷ Além disso, os índices mais altos de votos inválidos no primeiro turno também indicam que a falta de preferência pode disputar com o “voto de protesto” um papel nas explicações aqui tecidas: por que uma pessoa iria votar nulo por descontentamento quando há dezenas de candidatos, e quando as opções são reduzidas para apenas 2 ele decidiria votar em algum deles? Isso é um raciocínio mais complicado, porque envolve uma compensação nas taxas de abstenções, como já mencionado, e também porque o processo de escolha de um indivíduo é algo complexo, e às vezes ele pode ter mais dificuldade de decidir entre várias opções do que entre apenas duas (além disso, o indivíduo pode aproveitar para protestar no primeiro turno e deixar para escolher alguém que prefere, mesmo que seja uma preferência leve, já que esse é um momento decisivo e a rejeição a uma das opções pode falar mais alto do que o descontentamento geral).

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

O presente trabalho demonstra o papel da desconfiança nas instituições sobre a escolha do eleitor na hora de votar. Como defende Nicolau (2002, 2004) não há razões para se preocupar com esse fator específico, já que não há nenhum excesso de votos inválidos nem parece haver um aumento nos índices ao longo dos anos. No entanto, encontramos aqui mais uma consequência deste descontentamento e falta de confiança (em especial, nos partidos políticos), que é a tradução disso nas urnas. Ainda que os índices de votos inválidos não sejam alarmantes, a causa principal desses índices constitui o que parece, cada vez mais, ser um dos principais problemas na qualidade da democracia brasileira atual: o descolamento entre o eleitorado e as instituições.

As conclusões aqui apresentadas também servem para demonstrar falácias ecológicas que parecem dominar parte da literatura nacional e internacional. Mas cabe lembrar, ao falar em falácias ecológicas também que a maioria dos autores aqui apresentados não clama por uma generalização de suas conclusões para o nível individual, portanto não estão cometendo esse tipo de falácia.

Ainda assim, quem pretende mobilizar fatores sócio-econômicos para explicar votos inválidos, ao menos no Brasil com urnas eletrônicas, precisa tomar cuidado, e se encontrar alguma evidência de que há influências de nível agregado, como a influência do IDH que Costa (2007)¹⁸ encontra no nível municipal, precisarão encontrar explicações também de nível macro para as evidências encontradas (como, por exemplo, uma possível desconfiança maior dos eleitores em relação a instituições políticas em municípios mais pobres), ou então terão de confirmar essas evidências com análises adicionais de nível individual. Do contrário, será uma falácia ecológica clara. Na presente análise, como observado, os fatores sócio-econômicos possuem *efeito nulo* no nível individual.

¹⁸Mesmo no nível “ecológico”, Francisco (2006) sustenta que não há diferença na taxa de brancos e nulos de municípios mais pobres em relação à média nacional.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

A análise aqui apresentada também serve como alerta para o fato de que o contexto de cada eleição e cada país interfere na forma como os fatores sócio-econômicos influenciam os votos inválidos. Após a adoção da urna eletrônica, algo que não é utilizado em muitos países, o papel da educação nos votos inválidos parece ter desaparecido completamente. O voto inválido pode até ter uma correlação forte com *desinteresse por política*, mas não com o nível educacional. Isso indica que a correlação entre baixa escolaridade e votos inválidos que existia antes era devido a erros no preenchimento das cédulas. Portanto, a educação pode ter influência sobre votos inválidos em outros países e outras épocas, mas não no contexto atual do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

BORBA, J. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. *Revista Debates*, v. 2, n. 2, p. 134-157, 2008.

COSTA, H. O. *Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais (1989-2002)*. Porto Alegre/Natal: Sulina/Ed. UFRN, 2007.

DAMORE, D. F., WATERS, M. M.; BOWLER, S. Unhappy, Uninformed, or Uninterested? Understanding “None of the Above” Voting. *Political Research Quarterly*, v. 65, n. 4, p. 895-907, 2012.

DA SILVA, R. Alienação Eleitoral: um estudo comparado das bases sociais e atitudinais. *Revista Andina de Estudios Políticos*, 3(1), 109-133, 2013.

EPSTEIN, E. C. Apatia e alheamento político numa sociedade paralisada: os limites da nova democracia chilena. *Opinião Pública*, Campinas, v. 7, n. 1, 2001 .

FRANCISCO, M. N. T., *Democracia e déficit de participação política no Brasil*, 2006.

HILL, L. e YOUNG, S. Protest or Error? Informal Voting and Compulsory Voting. *Australian Journal of Political Science*, Volume 42, Issue 3, 2007.

JACKMAN, S. Compulsory voting. *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*: 16314-18, 2001.

KINZO, M. D. A. Parties in electorate: public perceptions and party bindings in Brazil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005.

MCALLISTER, I., MAKKAI, T. Institutions, society or protest? Explaining invalid votes in Australian elections. *Electoral Studies*, v. 12, n. 1, p. 23-40, 1993.

MOISÉS, J.A. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 22, Dec. 1990.

MOISÉS, J.A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, 11.1 (2005): 33-63.

III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política

As dificuldades contemporâneas da pesquisa em Ciência Política no Brasil

MOISÉS, J.A. Desafios da maioria das eleições democráticas. *Opinião Pública*, 2010.

NICOLAU, J.M. Participação eleitoral e votos em branco e nulos no Brasil: notas de pesquisa. *Série Estudos*, n. 104, 1999.

NICOLAU, J.M. *História do voto no Brasil*. Jorge Zahar Editor, 2002.

NICOLAU, J.M. "A Participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro." *Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Vol. 7. 2004.

NICOLAU, J. Abstencões, nulos e brancos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 out. 2010

POWER, T. J., GARAND, J. C. Determinants of invalid voting in Latin America. *Electoral Studies*, v. 26, n. 2, p. 432-444, 2007.

POWER, T. J., & ROBERTS, J. T. Compulsory voting, invalid ballots, and abstention in Brazil. *Political Research Quarterly*, 48(4), 795-826, 1995.

SANTOS, W. G. D. Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira. *São Paulo: Vértice*, v. 134, 1987.

UGGLA, F. Unhappy, Uninformed, or Uninterested? Understanding "None of the Above" Voting. *Political Research Quarterly*, 65: 895-907, 2012

WEINGAST, B. R., WITTMAN, D., eds. *The Oxford handbook of political economy*. Oxford Handbooks Online, 2008.